

OS CHOQUES DO PÓS-COVID

(CONTRIBUTO PARA O DEBATE NO GRUPO DE TRABALHO “AS CIDADES NO PÓS COVID: AS MUDANÇAS E OS DESAFIOS”)

1.INTRODUÇÃO: AS CIDADES, O COVID-19 E OS SEUS IMPACTOS

A pandemia Covid19 teve no seu centro um vírus desconhecido para a maioria esmagadora dos países, mas cuja rapidez de propagação se revelou exponencial a partir da sua origem numa província chinesa.

Face aos riscos de uma propagação no interior dos Estados, que pudesse até levar ao colapso dos serviços nacionais de saúde, os Governos de muito países optaram pela implementação de medidas obrigatórias de redução drástica da mobilidade externa e interna, com o cancelamento das atividades económicas (indústrias e, sobretudo, de serviços) que envolvessem ajuntamentos de pessoas e /ou uma interação continuada com clientes e com o confinamento das populações nos seus espaços residenciais familiares.

Esta opção não levou à paralisação **ainda maior** da atividade económica graças a uma rápida difusão de soluções digitais assentes na internet e no ciberespaço que permitiram a generalização do teletrabalho individual desde as teleconferências, ao teletrabalho em grupo, passando pela telescola e as compras por comércio eletrónico e a marcação prévia de serviços por via digital. E, em casos com expressão muito mais restrita, assistiu-se igualmente à experimentação de outras tecnologias que integram o Novo Sistema Técnico Económico em formação – desde o uso de drones a veículos robóticos móveis – quer no transporte ao domicílio de compras realizadas por via digital, quer na monitorização dos movimentos das pessoas, quer no apoio à prestação de serviços aos clientes.

O Covid19, as estratégias de confinamento e o recurso às soluções digitais geraram uma **mudança radical no funcionamento do espaço urbano.**

Face a cidades com ruas e avenidas desertas tudo passou a concretizar-se no espaço residencial familiar. Adultos prosseguindo a sua atividade profissional em teletrabalho, crianças e jovens continuando a sua atividade escolar a partir de casa e todos podendo aceder de forma praticamente gratuita a informação, entretenimento digital em casa, enquanto que várias empresas passaram a servir os clientes ou os utilizadores deslocando-se às suas casas.

Recorde-se que, a nível mundial, o combate ao Covid19 teve outro impacto extraordinário, que se manifestou na área ambiental-climática, ao permitir reduzir as emissões de CO2 de forma muito significativa. Mas, uma das principais contrapartidas desta redução foi a restrição rigorosa de mobilidade, exatamente porque o transporte terrestre é um dos emissores de CO2 mais importantes.

Mas, esta nova **forma temporária** de reorganização da vida urbana centrada na residência e na família nuclear, exclui à partida a população idosa que ou vive sozinha ou vive em lares e, obviamente, exclui os sem abrigo. Além de que liquida a cidade como espaço privilegiado de interação humana e sociabilidade diversa, criativa e imprevisível. Ou seja a cidade vê desaparecer muitos serviços que a animam.

2. PORTUGAL, AS CIDADES EOS SEUS DESAFIOS, PARA ALÉM DOS IMPACTOS DO COVID19

As cidades, em particular as Metrópoles, defrontam-se em Portugal com um conjunto de desafios que resultam da convergência de cinco Choques com as oportunidades e os riscos que uma mudança tecnológica profunda geram.

O choque que representou o Covid19 – um choque epidemiológico de propagação global – permite identificar alguns desses desafios, oportunidades e riscos, embora vários deles (se não a maioria) preexistissem ao choque epidemiológico mas que não tinham sido avaliados na dimensão que estão a ter, ou vão ter, num futuro próximo se não se fizer a análise cuidada das interações entre eles.

Esses cinco choques são:

1. CHOQUE DEMOGRÁFICO

Envelhecimento da população em geral e da população ativa em particular e redução do peso demográfico dos jovens, processos estes que atingem, em especial as economias desenvolvidas.

Este Choque afecta as cidades por várias vias, entre elas:

- Pela exigência crescente de serviços de proximidade em várias áreas funcionais (saúde, serviços pessoais, comércio de retalho, etc.) para apoio a camadas da população com menor autonomia e mobilidade ou mesmo grande dependência geral, muitas delas vivendo fora de agregados familiares e em situações de solidão angustiante.
- Pela menor disponibilidade de população jovem para absorver, integrar e empregar-se em atividades que explorem as novas oportunidades tecnológicas e que demoram, frequentemente, mais tempo a chegar à utilização pelos mais velhos.

2. CHOQUE DE MORBILIDADE E RISCOS EPIDÉMICOS

Caracterizado por uma maior incidência de doenças crónicas em multi-morbilidade; por doenças oncológicas, doenças imunológicas e doenças incapacitantes em parte associadas ao envelhecimento, mas também, e muito em função, de estilos de vida). E, num contexto em que se podem antecipar novas epidemias originadas em regiões de forte crescimento demográfico, de urbanização caótica e estreita interligação desta com espaços naturais onde vivem animais que podem ser origem e/ou difusores dessas novas epidemias (vd o caso de Africa nas próximas décadas(*)).

Os sistemas de saúde existentes — centrados nas cidades — não estão preparados para esta nova configuração e as sociedades ocidentais não foram capazes de combater esta epidemia com os meios do século XXI.

(*) Com a previsão de mais 700 milhões de pessoas entre 2018 e 2050)

3. CHOQUE DE PRODUTIVIDADE E DE MUDANÇAS OCUPACIONAIS

Nas próximas décadas Portugal vai contar com muito menos população jovem e em idade de trabalhar que é uma condição para poder alcançar o crescimento que permita, simultaneamente: financiar os sistemas de proteção social existentes que asseguram os rendimentos da população idosa; pagar a dívida pública externa deixada como herança e gerar oportunidades de emprego mais remunerador para quem trabalhe.

Portugal, para crescer, tem pois a exigência de conseguir ganhos substanciais de produtividade nas atividades em que a população se empregar. Porque, se o fizer em atividades que combinem baixas produtividades e baixos salários, o crescimento português continuará a ser anémico e pouco atrativo para imigrantes. Tanto mais que o que nos acontece em termos demográficos não é muito diferente do que acontece com países europeus mais desenvolvidos – que podendo oferecer melhores salários irão ser mais atrativos para muitos imigrantes.

Ou seja, sem uma nova dinâmica económica, tecnológica e social a evolução demográfica tornar-se-á uma fonte de problemas de difícil solução. **Ora, são as cidades que vão estar no centro dessa nova dinâmica, pelos polos de conhecimento que disponham, pela inovação empresarial que nelas floresça, pela atração de investimentos e de talentos no exterior que consigam.**

4. CHOQUE AMBIENTAL/CLIMÁTICO

Este choque que atinge em profundidade as cidades estão na origem de parte significativa das emissões de CO₂ a nível planetário, da acumulação de resíduos e lixo de vária natureza e do consumo de materiais intensivos em energia na sua produção. Nas cidades este choque coloca-se a dois níveis:

a) Adaptação à Alterações Climáticas – de que destacaríamos:

- A importância da gestão dos recursos hídricos que abastecem as cidades, com especial atenção à gestão dos aquíferos subterrâneos, encarados como reservas estratégicas do país, retirando-os de funções de alimentação de zonas intensamente irrigadas, que deverão utilizar mais águas superficiais;

- A importância crucial da gestão urbana da água e dos seus afluentes, no sentido de reduzir a intensidade dos consumos, por via de uma gestão inteligente destes e da economia circular, para reutilização de efluentes e sua utilização em funções urbanas adaptadas;
- Uma maior presença no interior das cidades de espaços verdes e de arborização, por forma a melhor gerir o impacto de aumentos de temperatura;
- Uma prioridade à gestão das zonas estuarinas densamente povoadas, no sentido de: conceber e construir defesas contra a subida do nível das águas, de reposicionar equipamentos e infraestruturas de base e, mesmo, de abandonar — em termos populacionais e económicos — zonas inundáveis.

b) A Mitigação das Alterações Climáticas

Sendo de destacar:

- A redução das necessidades de mobilidade pela utilização intensiva das comunicações e da internet dando prioridade: à conectividade digital; ao descongestionamento das cidades pelo automóvel familiar muito intensivo em espaço utilizável per capita, substituindo os modelos de negócio da mobilidade através de assinatura com prestadores privados assente em veículos elétricos, semi autónomos para 2 pessoas, conectados digitalmente para reduzir as distâncias a percorrer para alcançar os destinos; a difusão de novas soluções de mobilidade muito flexíveis, com utilização de plataformas que possam ser utilizáveis para diversos tipos de transporte;
- A generalização de uma micrologística metropolitana de abastecimento residencial, — por exemplo por *drones* — se se quiser continuar a utilizar os equipamento de grande distribuição existentes como centros de comércio, menos dependentes do automóvel familiar para abastecimento das famílias;
- A descentralização da produção de eletricidade e calor, reduzindo o recurso a redes centralizadas vulneráveis a ciberataques; combinando a armazenagem de eletricidade obtida partir de energias renováveis situadas fora dos perímetros urbanos e com a utilização das redes de gás natural para alimentar unidades de

produção de eletricidade por células de combustível acopladas a mini turbinas a gás;

- A transformação dos edifícios em unidades de auto produção de eletricidade por revestimento de telhados e janelas com materiais fotovoltaicos.

5. CHOQUE NA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ESPAÇO

O processo de urbanização vai experimentar uma mudança significativa resultante, antes de mais do choque demográfico, mas também pelo choque tecnológico e ocupacional em curso. Assim e a título de exemplo:

- As cidades poderão passar ter muito mais atividades de produção descentralizada e próxima dos clientes do que atualmente, se se concretizarem as expectativas quanto à generalização da Impressão 3D combinada com automação e robótica, ao mesmo tempo que as cidades, se tiverem qualidade de vida e forem ricas em competências digitais e em iniciativas empresariais associadas, podem tornar-se, cada vez mais, atraentes para teletrabalhadores do ciberespaço e para empresas prestadoras de serviços á distância na área digital;
- A expansão das áreas suburbanas, concretizada nas últimas cinco décadas – sobretudo nas duas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto – vai ser reduzida, ao mesmo tempo que surge a necessidade de equipar esse espaços – sobretudo residenciais – com uma rede de serviços exigidos por uma população envelhecida e, em muitos casos, mais isolada em termos familiares e com menor mobilidade;
- A emergência do ciberespaço vai colocar em novos termos a prestação desses serviços, que podem passar ser desempenhados – pelo menos a nível organizativo central – por entidades que não estejam na proximidade dos utilizadores, mas tenham modelos de negócio e parcerias que facilitem uma relação direta e individual com eles. A digitalização do funcionamento das cidades e de serviços básicos, como na saúde e na educação, constituirá, para

algumas delas, uma oportunidade de criar polos de competência tecnológica e empresarial presentes nos mercados externos;

- Os centros de algumas cidades, com o seu património histórico acumulado, com a qualidade dos serviços pessoais e das atividades culturais que contribuem para o seu capital simbólico, continuarão a ser polos de atração turística, procurando envolver nessa atratividade outros territórios das suas regiões.